

O Heródoto mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana*

Rodrigo Machado da Silva;

Graduando em História - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP - bolsista PIBIC-CNPq

rmachadosilva@uol.com.br;

Resumo

Este artigo está ligado à pesquisa financiada pelo PIBIC-CNPq intitulada “A institucionalização da memória histórica de Minas Gerais: intelectuais e projetos políticos na Primeira República”. Aqui são discutidas as primeiras idéias de intersecção história política e história da historiografia na investigação acerca de Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos. São analisados alguns jornais e documentos oficiais que contribuem para a compreensão de sua postura como monarquista conservador, e outras fontes que permitem entender seu comportamento como historiador frente a instituições como o Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, nos primeiros anos do regime republicano.

Palavras-Chaves: História da historiografia, Idéias políticas, Tradição

Abstract

This paper is part of the project entitled “A institucionalização da memória histórica de Minas Gerais: intelectuais e projetos políticos na Primeira República” (The institutionalization of the historical memory of Minas Gerais: intellectuals and political projects during the First Republic), sponsored by PIBIC-CNPq. Here the first ideas of historical political intersection and history of historiography are discussed in the investigation concerning to Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos. Some papers and official documents that contribute to the comprehension of his attitude as a conservative monarchist are analyzed as well as other sources which allow understanding his behavior as a historian in charge of institutions like the Arquivo Público Mineiro (Mineiro Public Historical Archive) and the Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Historical and Geographical Institute of Minas Gerais), in the first years of the republican regime.

Keywords: History of historiography, Political ideas, Tradition

O intelectual político: reflexões sobre a intersecção entre história intelectual e história política

Para definirmos o melhor caminho a se pensar a história da historiografia, em grande medida temos de olhar os historiadores em seu tempo e em seu espaço. Além disso, ela não se limita a apenas essa questão, mas também depende de contendas relacionadas ao regime de historicidade vigente, das relações políticas e institucionais que definem os agentes produtores de conhecimento histórico. No entanto, esse espaço total de vivência não quer dizer que todos os intelectuais de um determinado contexto compartilhem dos mesmos códigos. Ou por não incorporarem as correntes contemporâneas, ou por se apresentarem, consciente ou inconscientemente, ambíguos frente ao seu tempo.

Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927), um dos nomes mais importantes, tanto quanto criticados, da historiografia mineira da primeira metade do século XX pode ser integrado a esta proposição. Romântico e impressionista para uns, fantasioso para outros, escreveu em um momento que obras importantes de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima entre outros já haviam sido produzidas, e com um rigor metodológico bem definido, ao contrário dele, que em suas obras não se preocupava em

citar fontes ou com uma narrativa imagética. Prática comum em seu tempo¹.

No Brasil, no século XIX, circulava de maneira restrita valores e idéias modernas advindas, sobretudo da Europa, de ordens sociais, científicas e culturais. Os bondes na rua, os livros de Julio Verne, Karl Marx e outros pensadores já começavam a se destacar nas prateleiras das livrarias². Ilmar Rohloff de Mattos propõe que o “sentimento aristocrático” estava cedendo lugar a um “sentimento democrático”. O primeiro é identificado por Ferreira Resende como sendo uma característica dominante na sociedade imperial na segunda metade do oitocentos. O segundo parece vincular-se à idéia de Roberto Schwarz quando o autor diz que a perspectiva democrática tem um traço paradoxal que faz com que coexista impulsos de modernidade, mas muito arraigado no tradicionalismo brasileiro de origem ibérica³.

A partir de 1870, segundo Ilmar de Mattos, começava um movimento de contestação a uma ordem política, intelectual e moral que estruturava a lógica do Império, a *direção saquarema*, na qual Diogo de Vasconcellos estava inserido. Esta “direção” tinha como objetivo fundamental à manutenção de uma ordem e difusão da civilização, que eram os mantenedores do Estado imperial⁴.

¹ IGLÉSIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcellos. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, pp. 15-16.

² MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, p.163-171, 1989, p.165.

³ SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. *Revista Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 3, 1973, p.159.

⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República, p.166.

De acordo com Ângela Alonso, os intelectuais da geração de 1870 são muitas vezes criticados por se mostrarem sincréticos. Ou seja, com um turbilhão de idéias que aportaram por aqui gerou entre os pensadores brasileiros, ao menos para os receptores destas novas idéias, um “caos teórico”, que se limitava a imitar, apropriar e deslumbrar as modas européias, e pouco se pensava a própria realidade nacional⁵.

Nicolau Sevcenko diz que os intelectuais brasileiros, engajados em estabelecer uma transformação social de grandes proporções, tomavam o ambiente cultural da Europa como a verdadeira, única e definitiva forma para salvar o Brasil de seu passado sombrio e sem perspectivas. A partir deste ponto impulsionavam-se em criar um mundo novo pautado nos pressupostos liberais, democráticos e progressistas, sobretudo⁶. Houve, desta forma, o estabelecimento de uma regra de entrada concomitante na política e nas letras⁷, que se estenderá da elite imperial, em meados de 1870, até consolidação do regime republicano, no avançar do século XX.

Não obstante, não eram todos os intelectuais, principalmente os da geração de 1870, que estavam preocupados em participar do processo político. Há um grupo que concentrava seus esforços na produção de conhecimento. Dessa forma, Ângela Alonso separa a geração em dois objetos de análise. Em primeiro lugar os intelectuais que se encontram no domínio da história das idéias, que se subdividem em imitadores de matrizes de pensamento importadas e criadores de sistemas próprios. Em segundo lugar os pensadores da ordem pública, que se envolviam em práticas para além de seus gabinetes, também subdivididos em liberais-democratas e autoritários⁸.

A intersecção entre o campo intelectual e o campo político se mostra mais coerente na interpretação não só da geração de 1870, mas para todo o contexto da segunda metade do oitocentos. A separação dos campos não era bem clara ainda na própria Europa, onde as instituições acadêmicas já tinham espaço consolidado, e os intelectuais também possuíam certo lugar dentro da política. Com isso, aplico os pressupostos da quase impossível separação da análise conjugada entre história política e história intelectual, esticando a última também para o campo da história da historiografia, para o momento da passagem do século XIX para o XX em Minas Gerais.

Tendo em vista o meu objeto de análise, Diogo de Vasconcellos, o melhor meio para o estudo desta intersecção é partir do referencial da *sociabilidade*. Rebeca Gontijo ao estudar as várias formas de se pensar a aplicação do método da sociabilidade na sociologia e na história trabalhando com grupos intelectuais, aponta que a organização

de grupos acontece, em grande medida, a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum⁹.

A abordagem da história intelectual através do estudo das sociabilidades

busca um tipo de análise histórico-sociológica que rejeita conceitualizações demasiadamente rígidas e previamente definidas, assim como recusa construir modelos explicativos, que, uma vez estabelecidos, parecem suscitar mais repercuições do que análise crítica. A marca desse tipo de análise é o investimento na pesquisa empírica¹⁰.

Heloísa Pontes aponta que a história intelectual e cultural são campos de estudo que se apresentam de forma multidisciplinar, e ainda possuem certa imprecisão conceitual, formas diversificadas de se determinar seus objetos, objetivos, metodologias e ferramentas intelectuais. Para atenuar esse problema, a autora apresenta duas propostas metodológicas de análise e que aplico no estudo acerca de Vasconcellos. Essas duas propostas são a *internalista* e a *externalista*.¹¹

A primeira se refere ao estudo das obras em sua profundidade, uma análise hermenêutica levando em consideração as questões internas das obras, do conteúdo, da forma, da coerência interna e do diálogo com outras produções. A segunda é o estudo das condições sociais para a feitura dessas obras, levando em consideração o perfil ideológico e as práticas sociais da *intelligentsia*.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa, e em grande medida deste artigo é mapear a ação política e intelectual de Diogo de Vasconcellos levando em consideração os pressupostos expostos acima. No que tange os aspectos políticos, o que será o grande mote de investigação é a sua atuação como um homem público a partir de 1868, quando assume a secretaria da presidência da província de Minas Gerais no governo de Domingos de Andrade Figueira, passando pelos mandatos como deputado geral e provincial, agente executivo da cidade de Ouro Preto, e já no fim de sua vida como senador da república. Como um sujeito de várias faces, ainda podemos analisar a sua participação na imprensa mineira no último quartel do século XIX.

A questão historiográfica gira em torno de suas produção ao longo da primeira metade do século XX, onde seus trabalhos de história foram publicados. Não é um acervo extenso, mas certamente rico em possibilidades de análise, principalmente advindas de um sujeito que oscila entre o clássico e o desprezível. Além disso, o que é talvez o ponto mais substantivo da pesquisa é o desenvolvimento de um estudo acerca do lugar institucional de Vasconcellos na construção da memória histórica mineira a partir de instituições significativas como o Arquivo Público Mineiro

5 ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.21.

6 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.78.

7 ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*, p.54.

8 ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*, p.29.

9 GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultura, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.261.

10 GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual, p.275.

11 PONTES, Heloísa. *Círculos de intelectuais e experiência social. Originalmente apresentado no Grupo de Trabalho Pensamento Social Brasileiro, no XX Encontro da Anpocs, 1996, p.5-6.*

(APM) e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), assim como em um menos, a Academia Mineira de Letras (AML). Todas fundadas sob o auspício da República.

A manutenção das tradições

Diogo de Vasconcellos pode ser facilmente identificado como um dos mais eminentes fundadores da memória histórica de Minas Gerais no começo do século XX. Projeto esse desenvolvido principalmente com o alvorecer da República. No entanto, é equívoco afirmar que o historiador é representante de uma investida republicana para a construção da História mineira. Pelo contrário. Marisa Ribeiro Silva mostra que Diogo de Vasconcellos pertence a um grupo de intelectuais conservadores que não faz parte do estabelecimento “oficial” do acervo histórico do Estado, uma vez que sua postura política é declaradamente oposta à nova de governo implantada no Brasil naquele momento¹².

Com as comemorações do Bicentenário de Ouro Preto, em 1898, Diogo de Vasconcellos se propõe a fazer então uma sistematização das memórias que fazem parte da história mineira, e que segundo o próprio historiador eram pouco estudadas até aquele momento¹³. Uma de suas grandes aspirações era escrever uma história completa de Minas Gerais, no entanto só ficou em duas grandes obras. A primeira, *História antiga das Minas Gerais*, dividida em dois volumes, publicada originalmente em 1904, e a *História Média de Minas Gerais*, publicada em 1918¹⁴.

Com a proclamação da República fortificava-se a corrente filosófica positivista com suas idéias e determinismos mecanicistas. Esse mundo positivo concentrava em seu bojo um espírito moderno cujo racionalismo está muito vinculado com uma postura *Iluminista* à francesa, e que se via em tensão com outra de cunho *Romântico* aos moldes alemão. Essa dualidade não é discrepante, uma vez que ambas coexistem no mesmo espaço de experiência da sociedade brasileira da segunda metade do oitocentos, assim como o próprio confronto entre *cultura* e *civilização*.

Identifico duas posturas ligeiramente diferentes com relação ao embate *cultura/civilização*. A primeira é com relação ao trato francês desses conceitos. O estágio de civilização da sociedade se voltava fundamentalmente para o evolucionismo, e possuía um grande teor otimista. Assim, esse estágio representava, primordialmente, formas superiores de *cultura*, numa espécie de subdivisão de níveis em *alta*, *média* e *baixa cultura*, que se porta de maneira arbitrária e indefinível.

Na Alemanha, por sua vez, pode-se perceber uma diferença mais rígida entre *cultura* e *civilização*, sendo que a primeira está vinculada à

idéia de um estágio mais avançado de uma sociedade, quando ela encontra-se em seu apogeu de desenvolvimento. Sua estrutura está enraizada numa base de coesão social, de costumes que se transformam lentamente, e se manifestam, primordialmente, em uma sociedade *ruralizada*. A segunda, assim, é resultado do declínio dessa mesma sociedade, em grande medida *cosmopolita*, cujas transformações acontecem cada vez mais rápido, manifestando-se em centros urbanos¹⁵. A *cultura*, portanto, possui um valor mais positivo do que a *civilização*.

O início do período republicano brasileiro foi marcado por vários conflitos de ordem política¹⁶. Destacamos dois, que revelam o confronto de duas grandes interpretações acerca dos modelos de identidade nacional. A primeira é conservadora. Destaca-se uma postura de reafirmação do passado colonial e imperial, que mesmo embora admita marcas negativas desse passado – a escravidão¹⁷, por exemplo – acredita que no legado ibérico e na ação da Igreja Católica se pode identificar o principal traço de nacionalidade brasileira. A segunda é liberal. Via-se a República como necessária para se romper com esse passado arcaico defendido pelos primeiros, corporificado no regime monárquico.

Identifica-se Diogo de Vasconcellos como representante do primeiro grupo. A sua trajetória política é bem definida. O político, membro de uma tradicional família mineira formadora de ministros e presidentes de província, teve desde cedo uma formação marcada por uma religiosidade católica fervorosa, assim como um conservadorismo político sólido.

Vasconcellos era um dos mais respeitados membros do Partido Conservador Mineiro, exercendo diversas vezes o cargo de deputado, assim como o de senador. No entanto, uma situação nos chama atenção para a sua fidelidade ao partido. Em 1883 foi indicado ao cargo de senador. Através do jornal ouropretano *A Província de Minas*¹⁸ de 20 de setembro de 1883, Vasconcellos se manifesta a fim de indicar a missão política que os seus correligionários conservadores deveriam desempenhar nas urnas. O político vem ao público não para fazer uma autopropaganda, mas para dar maior apoio a seu companheiro de chapa, o Dr. Evaristo Ferreira da Veiga. Acreditava que aquele era um momento em que o eleitorado deveria voltar forças a um melhor nome para o exercício do mandato, e esse nome não era o dele.

Vasconcellos estava muito preocupado em manter a união do partido na batalha contra os liberais que se faziam fortes no momento. Alertava que o descaso individual frente ao voto poderia causar o fracasso conservador nas urnas. As divergências entre eleitor e candidato, ou concessões a adversários representava a maior

¹² SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória. *Revista do APM*. Ano 43, nº 1. jan/jun 2007.

¹³ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.

¹⁴ ALBERTO, Helena Magela. Diogo de Vasconcellos, a história de Minas Gerais e a Nação. In: GONÇALVES, Andrea Lisly & OLIVEIRA, Ronald Polito de. *Termo de Mariana*. História e Documentação. Vol. 2. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.

¹⁵ CARDOSO, Ciro Flamarión. Introdução. In: CARDOSO, Ciro Flamarión & VAINFAS, Ronaldo. *História e Paradigmas Rivais*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.190-191.

¹⁷ O elemento escravo é um traço das contradições encontradas em uma época de pretensa modernização brasileira. O escravo, como é constantemente lembrado, era uma mercadoria, e não um trabalhador assalariado. Dessa forma, sua mobilidade era muito mais dificultosa, assim como sua função econômica para seu senhor. Em um sistema produtivo em que a escravidão é o carro-chefe não visava, segundo Roberto Schwarz, um maior dinamismo na produção, mas em certa medida, com relação ao próprio escravo, procurava-se o máximo de exploração a fim de encher e disciplinar o dia do cativo. Isso vai de encontro às práticas modernas que vigoravam no mundo ocidental naquele momento.

¹⁸ O periódico *A Província de Minas* era de propriedade de José Pedro Xavier da Veiga.

desgraça para um partido, habituando as urnas a mentirem, assim como destruírem o regime de idéias e a significação das maiorias.

Com a maior facilidade cada qual entende ser generoso, esquecendo-se que o partido é uma associação política com direitos e obrigações recíprocas; e que basta muitas vezes a discrepância de um voto para derrotar-se o esforço, o trabalho, a esperança de seus correligionários!¹⁹

Em vários momentos de seu mandato como vereador (1892-1893), o político mineiro se mostrou firme em relação aos seus valores, indo de encontro com a perspectiva de um governo moderno e laico. Atos de extremo conservadorismo são realizados em nome da Câmara. Buscava nesse momento a manutenção de uma ordem social; do ensinamento e manutenção dos valores católicos, sugerindo em um momento a obrigatoriedade do catecismo no ensino básico da cidade; negação a algumas teorias científicas vigentes no momento, que confrontavam certos valores religiosos; e defesa do direito moral e histórico do poder político de Ouro Preto, principalmente com que se diz respeito à manutenção da cidade como capital do estado de Minas Gerais.

Em 1935, Roberto Vasconcellos – filho de Diogo – edita a póstuma *História do Bispado de Mariana*²⁰. Livro em que ele seleciona vários escritos do pai a respeito da Arquidiocese de Mariana, cidade natal de Diogo. Nesta obra o que é pertinente para este artigo não é o estudo sobre a “biografia” da Arquidiocese, mas um dos escritos do livro, muito pertinente para desenvolvermos uma análise a respeito do conceito de tempo em Diogo de Vasconcellos, o discurso pronunciado perante a *Sociedade Propagadora da Instrução*²¹.

O marianense discutia em um momento de incertezas. A República programava-se como uma expressão de pretensa modernidade vinculada com a leitura de um mundo positivo cientificista. Vasconcellos não fala de governos, não cita nomes, sempre se pautando por alegorias, e fazendo aproximações com uma história eclesiástica, ou uma leitura de mundo ancorado pelo resgate de uma religiosidade como ensinamento para a ação moral do homem no mundo. Não obstante, inserindo-se como um agente histórico, e membro de uma categoria social pré-estabelecida, utiliza-se de sua retórica, incorporada muito provavelmente pelo exercício da advocacia, a favor de sua concepção monárquica, conservadora e católica, em combate a um republicanismo liberal e laico que determinava naquele momento, para ele, um mal para a Nação.

Na documentação até agora selecionada para análise, é perceptível uma resistência com relação a

pressupostos *Positivistas*, tanto no campo do discurso quanto no da ação, o que se mostra de grande relevância para o processo de investigação aqui adotado. Desta forma, antes de tudo, traz-se à luz outro documento que ilustra o caráter resistivo ao positivismo em meio à *práxis* administrativa, reafirmando o tradicionalismo católico de Diogo de Vasconcellos como Agente Executivo da capital mineira no início da década de 1890.

Trata-se de uma carta oficial da Câmara Municipal de Ouro Preto ao Inspetor Chefe da Higiene Pública²². O inspetor solicitara a construção de um cemitério público na região de Saramenha, distrito de Ouro Preto, e que fossem proibidos os enterros em cemitérios das Irmandades católicas que se encontravam em meio o centro urbano da cidade.

Vasconcellos comunica ao inspetor que o cemitério de Saramenha já estava recebendo cadáveres: “(...) tendo eu dado as providências, conforme os desejos da Câmara, para que, sendo restabelecido a benção, se possa fazer de modo franco o enterramento dos católicos”. No entanto, ele advertia que o cemitério era longe, e muito sacrificante o deslocamento até lá, corroborando com profissionais da área sobre a inadequação do local para a construção de um cemitério, e acreditava que a aceitação do povo se daria de forma dificultosa.

Com isso, o agente executivo não se dispunha a um embate direto com a população frente a essa questão, e como uma autoridade do povo não usaria de métodos violentos para vencê-lo. A ciência, segundo Vasconcellos, não conseguiria de modo algum convencer os ouropretanos sobre qualquer teoria que proponham sem que pudessem mostrar fatos relevantes para tal. O cristianismo, por sua vez, obra de Deus, sempre recorre aos fatos para demonstrar sua origem.

Tentando desvincular seu discurso de seu cargo, Vasconcellos diz que como um católico não contribuiria para que a ciência se efetivasse. Não se opunha a execução de obras que possibilitem algum tipo de benefício para a comunidade, mas desde que não afetasse a religiosidade das pessoas. Por isso construiu, assim como havia sido solicitado, o cemitério de Saramenha, mesmo sabendo da repugnância primária da população frente aquela obra. Nada faria para que os cemitérios urbanos, controlado pelas Irmandades cristãs, fossem fechados, pois o discurso cientificista dos higienistas que tentavam aplicar em Ouro Preto não tinha validade entre o povo que segue as verdades de Deus. Com isso, o político tentava desvincular-se ainda mais da ciência, e direcionando a sua prática efetiva na administração do município a seguir o seu pensamento conservador, e impedir o máximo à execução de práticas científicas ali.

João Camillo de Oliveira Tôrres salienta que o

¹⁹ VASCONCELLOS, Diogo de. *Eleições Senatoriais*. A Província de Minas. Ouro Preto, 20 de setembro de 1883. Ano IV, nº171. Arquivo Público Mineiro. Notação: JM-1243205 – Filme: 066 [Todas as transcrições presentes neste arquivo encontram-se com a grafia original]

²⁰ VASCONCELLOS, Diogo de. *História do Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Apollo, 1935.

²¹ Não pude identificar onde e quando o discurso fora pronunciado. Roberto Vasconcellos não divulga essa informação. No entanto, acredito que tenha sido após a proclamação da República.

²² VASCONCELLOS, Diogo L. A. Pereira de. *Carta ao Inspetor Geral de Higiene Pública*. Paço da Câmara Municipal de Ouro Preto, 14 de outubro de 1892. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Livro de Ofícios e Portarias da Câmara Municipal (1892-1893). Caixa: 22. Livro: 01.

movimento positivista no Brasil teve uma atuação significativa em poucos Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, por exemplo. Mesmo existindo escolas de engenharia, a de Minas de Ouro Preto, e posteriormente a Escola de Engenharia de Belo Horizonte, o *Positivismo* não se manifestou consideravelmente no Estado de Minas Gerais²³. Havia casos esporádicos de professores nessas instituições que apresentavam uma postura positivista, mas acabavam sendo tema para sátira dos alunos. Mozart Pereira Soares atribui à fraca recepção das idéias de Comte, em Minas, muito provavelmente devido à tradição doméstica fortemente católica²⁴.

Embora as manifestações positivistas parecessem pouco efetivas no final do século XIX e início do XX no estado, Diogo de Vasconcellos não discursava contra o nada. O movimento irá influenciar toda a estrutura do Estado, muito bem representado, por exemplo, em várias ocasiões por João Pinheiro, que foi governador de Minas, não católico assumido e com traços positivistas. O político republicano era um grande entusiasta do impulso de modernização do estado, e um dos incentivadores diretos da construção do Arquivo Público Mineiro, em 1895, e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em 1907.

A compreensão do tempo sob as bases da resignificação do passado, das tradições através da possibilidade de certa leitura de mundo adotando a *historia magistra vitae*, entende-se que há uma possibilidade clara de aplicação progressiva do *continuum*, levando ao que Koselleck estabelece como o aperfeiçoamento moral ou intelectual, tanto dos homens do presente quanto os do futuro, desde que seus pressupostos sejam os mesmos²⁵. Dessa maneira, é perceptível o peso que há na revalorização de ordens tradicionais, e a reafirmação do passado como elemento fundamental para a possibilidade de uma evolução do homem e da sociedade.

Em grande medida, o que se percebe na fala alegórica de Vasconcellos frente à Sociedade Propagadora da Instrução é que a República traz consigo o germe do vício, o fogo da desordem, que pôde na ação de apenas um só dia destruir obras de gerações inteiras, construídas com muito sacrifício²⁶. Este regime vem com a intenção de destruir todo um tradicionalismo conservador, que no estado de Minas Gerais é uma marca regional de singularidade.

Modesto Florenzano diz que, pelo menos, até o século XVI *República* era lida como uma constituição de política e Estado, isso tomando uma concepção aristotélica do termo²⁷. Com isso, ela poderia ser constituída tanto sob bases aristocráticas quanto democráticas, mas mesmo

assim *República*, um espaço de equilíbrio e decisões em comunidade. Após a experiência da República na Inglaterra – 1646 – 1660 – o termo já não representa mais uma instituição organizada, mas era sinônimo de rebeldia. Há em dicionários franceses do final do século XVII que apontam o republicanismo como semelhante à sedição e oposição ao estado monárquico de vivência²⁸.

Diogo de Vasconcellos adotara para si uma postura monárquica, católica e conservadora, assim como já havia sido apontado previamente, advinda de sua formação familiar e escolar. Com isso, os pressupostos imperiais sempre estiveram estampados em sua vida, com ele aprendendo a defender o estilo de vida e de governo. Amparado em seu tradicionalismo e uma visão de tempo sob as bases de uma história que ensina, possivelmente, seu *a priori* histórico advém da compreensão de sua contemporaneidade constituída pelo legado de gerações passadas, que têm na Colônia e no Império a fundação moral da sociedade brasileira, sobretudo.

A *República* não era lida de forma aristotélica, ou seja, o republicanismo sendo de constituição política qualquer, ou fundamentada em uma democracia. Sua leitura assemelhava-se muito à de agentes do passado que viam a *República* como desordeira e sediciosa. Sendo assim, a crítica ao novo regime não era algo que pode ser lido como um anacronismo, mas era a busca de um significado legitimado em outros momentos da história, incorporado no discurso como argumento em defesa a uma ordem política vencida.

O apelo *européizante* na fala de Diogo de Vasconcellos é nitido. Isso não se mostrava um problema para homens como ele. Inserir-se em uma tradição da elite imperial brasileira marcada pela influência de inúmeras vertentes do pensamento europeu. Ângela Alonso indica que tal influxo instaurava-se tanto por experiência direta como por revistas filosóficas e literárias. Estas não eram as únicas formas de introduzir idéias do Velho Mundo por aqui. As questões de um estilo rebuscado e da oratória manifestavam-se como marca importante, sobretudo, a partir dos meados de 1870, tomando a data como um marco significativo para uma geração²⁹.

Outro fator que chama atenção de uma forma transparente, quase imanente no que se considera a elite imperial, é o caráter ideológico e dogmático da religião católica. A religiosidade muitas vezes se torna um elemento orientador de uma sociedade organizada por princípios imperiais, e legitimada pela Igreja. O catolicismo é uma instituição que vai dirigir os princípios e valores desta camada da sociedade. Ancorado a isso é que se pauta o discurso contra a racionalização positivista.

A insânia do espírito humano desbaratou os frutos da liberdade. O racionalismo, filho expúrio da razão, depravou a castidade da

23 TÔRRES, João Camillo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1957, p.157.

24 SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: Editora Universidade do Rio Grande do Sul, 1999, p.116-117.

25 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UERJ, 2006, p.43.

26 VASCONCELLOS, Diogo de. *Historia do Bispo de Mariana*, p.136.

27 FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII – história) e republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia). In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.46.

28 FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII – história) e republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia), p.47.

29 ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*, p.53-54.

philosophia e amargurou as suaves primícias da literatura. Empenhada, porém, contra elle em uma luta solenne, luta importante, qual nunca registrara a memória humana, está a Igreja Christã. Ella pede ao novo *monstro*³⁰ que não devore a sociedade, filha dilecta de suas entranhas; noite e dia combate, corajosa, sem descanso e sem tréguas³¹.

Através da análise desse discurso pronunciado provavelmente após a proclamação da República, identificam-se alguns elementos mantedores de uma experiência que é coerente a todo o seu perfil construído ao longo da segunda metade do século XIX, sobretudo a partir da década de 1870, quando efetivamente Vasconcellos entra para a política na província de Minas Gerais. No entanto, ao ler essas palavras pode parecer que o combate à racionalidade se dá apenas no pós 15 de novembro. No entanto, é possível ainda em tempos do Império localizar a mesma linha de pensamento no historiador mineiro.

Tomando os escritos do historiador no periódico *A Província de Minas*, é possível deparar com um texto publicado no dia 31 de janeiro de 1884, intitulado *Noite de Reis*³². Aqui, novamente há um discurso de enfrentamento entre a religião e a ciência. No entanto, é uma escrita um pouco confusa, que exige muita atenção do leitor para entender o caminho de raciocínio que ele segue.

O texto fora encomendado para se comemorar o Ano Novo de 1884, em uma época de busca incessante pela modernização baseada no cientificismo. Vasconcellos tem contato com as teorias da época, mas não as incorpora. Dessa forma, não era um ignorante com relação à *ciência normal*³³ que se estabelecia no Brasil no final do século XIX. Com isso, o autor faz uma provocação com relação ao que a ciência entendida por ele interfere na sociedade, e se essa ciência tinha condições de superar as obras de Deus.

Argumenta que as leis matemáticas desenvolvidas por seguidores das ciências e dos modelos de Newton só são possíveis por causa de uma ordem universal preexistente a isso, advinda das leis indubitáveis de Deus, pois nem tudo o que existe havia a possibilidade de se provar empiricamente. A natureza proporciona sempre os mesmos fenômenos, pelas mesmas leis. Seguindo nesta linha de análise, colocava em dúvida a validade da *matematização* do mundo. A partir dessa dúvida aparece a necessidade de re-valorizar a função de Deus como um agente organizador das coisas. Deus é o *Logos*, que age nas lacunas não matematizantes, ou seja, a presença de Deus está no *vácuo*³⁴.

Ainda, pois, que se podêra conceder um espaço vasio, que seria o vacuo, n'esse espaço estaria Deus, mas Deus essencialmente activo, principio da criação. Sendo assim, estarião prolongados

ao infinito os limites da natureza e por consequencia o universo, que é o lugar da natureza. Logo, si Deus existe, o universo é infinito³⁵.

Pascal será evocado por Vasconcellos para comprovar que Deus existe. Utiliza-se do pensamento do cientista francês quando este diz que o Universo é um grande oceano desprovido de praias, um círculo em que seu centro está em todas as partes e a circunferência em nenhuma. Sua certeza se efetiva no momento em que se apropria da frase de Newton: "O espaço é propriamente imensidade de Deus". Assim, é a partir dessa idéia que se encontra o círculo de Pascal, e, por conseguinte o espaço do círculo é o espaço de Deus. A defesa da propriedade de Deus se mantém por toda a sua trajetória de político, intelectual e homem de sociedade.

Quando o historiador se propõe, então, a organizar as memórias da província de Minas Gerais, ele o fará amparado muito nos seus princípios, vinculando-se também a um tipo de história que é escrita no final do século XIX. Ele busca na origem o mito fundador de Minas, e fazer uma história geral, mas não consegue. Seu trabalho embora fosse reconhecido, a sua figura oscilava entre o prestígio e a marginalização de um impulso institucional de invenção da história mineira.

O nascimento da *História Oficial* mineira

O século XIX tem como uma de suas principais características o *pensar a história*, formulando parâmetros para um tratamento moderno para o tema³⁶. Manoel Luiz Salgado Guimarães afirma que é um momento em que a disciplina História passa a ser considerada passível de ciência, seguindo em um processo de institucionalização. Junto a ela, a questão nacional insere-se como tema fundamental.

A Independência, em 1822, inaugura um novo momento na história brasileira, que a partir daquele momento chamava a atenção dos intelectuais para a sua peculiaridade. Com este advento, deixava o Brasil de ser uma Colônia e se transformava num Estado nacional soberano e autônomo. No entanto, percebia-se a deficiência em um quesito caro ao século XIX, o país não tinha um *passado*, e era marcado pelo estigma de ser uma extensão de Portugal. O nosso passado precisava ser *inventado*.

A escrita romântica da história surge nesse momento para tentar suprir esse problema. O passado brasileiro necessitava de ser fabricado com elementos que deveriam ser genuínos da terra. Esta, porém, parecia ser uma missão impossível de se concretizar, e que serviu de debate, sobretudo, na primeira metade do oitocentos. Ao nos depararmos com o do *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, por Domingos José Gonçalves de Magalhães³⁷, publicado originalmente na revista

30 Esse "monstro" é o Positivismo. (grifo meu).

31 VASCONCELLOS, Diogo de. *Noite de Reis*. A Província de Minas. Ouro Preto, 31 de janeiro de 1884. Ano IV, nº191. Arquivo Público Mineiro. JM-1243224 – Filme: 067. A data original do texto é 06 de janeiro de 1884.

32 VASCONCELLOS, Diogo de. *Noite de Reis*. A Província de Minas. Ouro Preto, 31 de janeiro de 1884. Ano IV, nº191. Arquivo Público Mineiro. JM-1243224 – Filme: 067. A data original do texto é 06 de janeiro de 1884.

33 Na perspectiva de Thomas Kuhn, a *ciência normal* é o período durante o qual se desenvolve uma atividade científica baseada num paradigma, que é uma espécie de macro-teoria fundamentada pela perspectiva historicista da ciência, e é uma estrutura aceita por toda uma comunidade científica, com a qual se realiza a atividade científica que tenta, então, entender as falhas desse paradigma e/ou as suas consequências.

34 Aqui se pode pensar o *vácuo* de duas formas: a primeira é o *vácuo* como um elemento da física, força da qual os astros estão separados. É um espaço no infinito onde age a gravitação; a segunda é o *vácuo* como alegoria onde a ciência racional não dá conta de atingir, e é o lugar onde se acha Deus.

35 VASCONCELLOS, Diogo de. *Noite de Reis*.

36 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*, nº1, 1988, p.5.

37 GONÇALVES DE MAGA-LHÃES, Domingos José. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Fundação Rui Barbosa, 1994.

Niteroy em 1836 e considerado como texto fundador do *Romantismo* no Brasil, o rompimento do passado brasileiro do português embora fosse necessário não era completamente possível. A literatura, em toda sua vastidão semântica na época, também se incluía neste problema. Os laços que ligavam as duas nações eram inevitavelmente fortes.

O general pernambucano José Inácio de Abreu e Lima no seu *Compendio da Historia do Brasil*³⁸, deixa claro que para ele um país com apenas 20 anos de existência não possuía condições de gozar de uma literatura própria. Para o autor, ao pensar a produção literária brasileira no momento de consolidação da Nação independente era um problema. Um escritor brasileiro que escrevesse sobre Portugal, no período colonial, deveria ser incluído na literatura portuguesa e não na brasileira, uma vez que ela é a expressão da nacionalidade, não fazendo sentido, portanto, uma obra referindo ao Tejo e não ao Paraíba fosse incorporada como algo daqui³⁹.

Em 1838, o marechal Raimundo da Cunha Matos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa fundam, na cidade do Rio de Janeiro, ancorado por um forte grupo de políticos e intelectuais ligados a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (SAIN), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Possuía a missão de construir uma história nacional, recriar o passado, de buscar e emplacar mitos de origem, de sistematizar fatos e personagens da história brasileira.

A literatura romântica não fugia a essa lógica. Ela também tinha o notável interesse em valorizar aquilo que é nacional, de se estabelecer à soberania do Brasil frente ao “outro”, que se apresentam de maneiras e formas diferentes. Primeiro por elementos internos, ou seja, por aqueles sujeitos que não fazem parte do processo histórico de construção da sociedade brasileira. Segundo por elementos externos, que são, em grande medida, podem ser figurados pelos novos Estados republicanos da América Latina que se consolidavam e ameaçavam o imperial Estado brasileiro⁴⁰.

Cada povo tem sua litteratura propria, como cada homem seu caracter particular, cada arvore seu fructo especifico; mas esta verdade incontestavel para os primitivos povos, algumas modificações comtudo experimenta entre aquelles cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo⁴¹.

Frente a um processo de consolidação do Estado Nacional, o IHGB possui exatamente o papel de sistematizar a história oficial do Brasil. Precisava demarcar espaços e ganhar responsabilidade em todo o território. Cabia a

outros institutos garantir as especificidades regionais, e ratificar uma possível hegemonia cultural. No entanto, o projeto de se construir vários outros institutos menores a fim de convergir informações para a sede, que ficaria então no Rio de Janeiro, não se concretizou de imediato. Alguns institutos regionais só serão fundados no século XX, já com a bandeira da República hasteada.

Minas Gerais, assim como São Paulo e Pernambuco, por exemplo, buscará a construção de sua *História Oficial* não com a ascensão do Império, nem seguindo de imediato os pressupostos do IHGB, na primeira metade do século XIX, mas apenas com o advento da República, nos finais do século XIX e início do XX, cabendo então ao Arquivo Público Mineiro (APM) e ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) desempenharem esse papel.

Para além de uma discussão pontual sobre a implantação dessas duas instituições como órgãos responsáveis pela construção oficial da memória histórica mineira, procurei estabelecer uma ligação com a participação ou exclusão do historiador Diogo de Vasconcellos nesse processo. Embora os projetos tanto do APM quanto do IHGMG fossem fundamentados sob as mesmas bases.

Minas Gerais logo após a proclamação da República inicia um período de renovação política e cultural. Nasce com o novo regime um anseio por modernização, a fim de deixar o estado nos moldes de civilizações mais avançadas do final do dezenove. Há nesse momento a inauguração de um novo regime de historicidade. Antes de 1889 a percepção de tempo histórico nas Minas estava muito atrelada à imagem do Império, o que para os republicanos constituía uma noção de atraso da Nação, devido à crise que se instalara na monarquia. O novo regime procuraria romper com a antiga e consolidar uma moderna idéia de tempo histórico⁴².

O então governador do estado, Crispim Jacques Bias Fortes cria em 1895, na cidade de Ouro Preto o Arquivo Público Mineiro (APM), indicando o político e jornalista José Pedro Xavier da Veiga como o primeiro diretor da instituição. Xavier da Veiga provém de uma tradição conservadora monarquista, sendo na segunda metade do século XIX correligionário de Diogo de Vasconcellos no Partido Conservador Mineiro.

Como fora apontado anteriormente, Vasconcellos teve uma participação, como jornalista, no periódico *A Província de Minas*, cuja propriedade era de Xavier da Veiga. Esse jornal se estendeu de 1878 a 1889. O jornal fora extinto após a Proclamação da República, tendo a sua última edição no dia 13 de novembro de 1889. No dia 27 de do decorrente mês, Xavier da Veiga passa a publicar o periódico *A Ordem*. O primeiro jornal se denominava um órgão do Partido Conservador, já o segundo era de segmento imparcial.

38 ABREU E LIMA, José Inácio. *Compendio da Historia do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

39 ABREU E LIMA, José Inácio. *Compendio da Historia do Brasil*, p.VI.

40 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos*, p.7.

41 GONÇALVES DE MAGA-LHÃES, Domingos José. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, p.22.

42 MEDEIROS, Bruno Franco & ARAUJO, Valdei Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, p. 22-37, 2007, p.29.

A atuação do primeiro diretor do APM em meio à construção republicana da história se dará de uma forma contrária a de Diogo de Vasconcellos, o que se apresenta como uma contradição frente à trajetória política do primeiro. Será essa contradição que fará com que o republicano convertido ganhe um maior espaço na produção historiográfica mineira em fins do oitocentos.

Em tempos de República, Xavier da Veiga se mostrava um forte crítico do regime monárquico. O Estado imperial detinha um poder centralizador que impedia que as províncias pudessem exercer autonomia sobre si mesmas, e, por conseguinte alcançar o progresso. Com a organização do Estado federativo promovido pela República, e com ela o poder de autonomia regional, era possível de se construir e organizar Arquivos que tivessem a proposta de levantar documentos capazes de contribuir para a confecção da memória histórica de cada Estado⁴³. O APM, como um órgão governamental, torna essa empreitada de caráter oficial.

Diogo de Vasconcellos, por sua vez, não esboça nenhuma crítica ao Estado imperial. É a República que representa um problema a ele. Isso é muito mais visível em manifestações políticas, do que historiográficas. Existe na escrita da história do marianense todo um trato romântico dos acontecimentos históricos, sem nenhum esforço reflexivo, o que fora motivo de críticas ao longo de todo o século XX.

Para Marisa Ribeiro Silva, foi o APM um dos responsáveis por Xavier da Veiga se manter vivo politicamente, muito através de suas relações com importantes figuras da época, o que possibilitou ser o responsável pela constituição da maior parte de seu acervo⁴⁴. O político estabeleceu uma lista de correspondentes, que através de envio de documentos históricos importantes para Minas contribuíam para a formação do Arquivo. Embora Vasconcellos seja considerado um dos mais importantes fundadores da historiografia em e sobre Minas Gerais, ele não foi nomeado um correspondente legal do APM, o que não o impediu de contribuir com o envio de documentos⁴⁵.

Xavier da Veiga não resiste ao republicanismo, ao menos toma uma postura mais liberal. Com isso, ligado ao seu prestígio de homem das letras e da trajetória como político, Bias Fortes o indica para estruturar o APM. Fora elaborada uma lista com 114 correspondentes indicados pessoalmente pelo governador, que tinham como função coletar materiais pertinentes para o acervo do Arquivo⁴⁶. A hipótese que levanto aqui é de que Diogo de Vasconcellos não se convertendo ao republicanismo, mesmo sendo um político influente e atuar diretamente com a investigação histórica, não fará parte desse projeto por não

partilhar do novo ideário político que vigia no Estado naquele momento.

A lista de correspondentes do APM era composta por importantes políticos tanto no cenário mineiro quanto no nacional. Pouco ou nada os políticos de renome como o próprio Bias Fortes, Francisco Silviano de Almeida Brandão, Fernando Leite Pereira e João Pinheiro contribuíam para sua composição. Os que realmente contribuíam praticamente não tinham nenhuma relação com esses nomes, o que me leva a supor e não afirmar, que muitos dos nomes desta lista, e que era ratificada pelo governo do estado, estavam ali por puro jogo político.

Dessa forma, conclui-se que Xavier da Veiga à frente do Arquivo Público Mineiro tinha um grande papel institucional. Estava muito ligado à questão do uso de documentos como aparato primário para a constituição de uma história autônoma de Minas Gerais. Medeiros e Araujo propõem que a manutenção do Arquivo e a redação das *Efemérides* de Xavier da Veiga condicionaram a inserção de Minas como um sujeito histórico, e não mais como parte da história geral do Brasil⁴⁷.

Com isso, a rede de relacionamento político de Xavier da Veiga foi de extrema importância, pois é a partir desse contato com eminentes políticos republicanos que ele se manteve ainda vivo no cenário político, ao contrário de Diogo de Vasconcellos, que manteve seu discurso e postura monárquico-conservadora e se auto-exilou da cena política do estado de Minas Gerais⁴⁸, e em um primeiro momento a sua atuação como historiador será secundária. Este secundarismo começa a ser revisto na primeira década do século XX, sobretudo após a publicação da edição ampliada da *História Antiga das Minas Gerais*, em 1904 e da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), em 1907.

O IHGMG tem como modelo institucional o IHGB. Ele é o braço regional tardio da congênere carioca, aspiração de seus primeiros integrantes, na primeira metade do oitocentos. No entanto, o Instituto mineiro nasce em meio a um período de consolidação do regime republicano, e se ancorará no federalismo e autonomia regional para justificar o predomínio político e econômico mineiro na Primeira República, e romper com o arcaísmo monárquico⁴⁹.

Diferentemente do APM, o IHGMG não é uma instituição vinculada ao estado, mas muito de seus sócios são comuns. O diálogo com outras instituições também é marcante. Como proposto anteriormente, o APM possuía correspondência com o Arquivo Nacional, assim como o IHGMG possuía com o IHGB, o que não exclui a possibilidade de outro cruzamento entre essas instituições. Cláudia Regina Callari propõe que o que diferencia os órgãos mineiros dos cariocas é o forte caráter regionalista, e que procura construir a história de Tiradentes como sendo não apenas um fato histórico mineiro, mas algo que influenciou todo o país⁵⁰.

43 MEDEIROS, Bruno Franco & ARAUJO, Valdeir Lopes de. A história de Minas como história do Brasil, p.30.

44 SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória, p.76.

45 SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória, p.79.

46 SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória, p.76.

47 MEDEIROS, Bruno Franco & ARAUJO, Valdeir Lopes de. A história de Minas como história do Brasil, p.32.

48 MAGALHÃES, Basílio de. Introdução à 2ª Edição. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974, p.35.

49 CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001, p.75.

50 CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes, p.75.

Este impulso de se construir a imagem de Tiradentes como herói mineiro que se empenhou para se fecundar o embrião do republicanismo no Brasil, ligava-se ao projeto de refazer uma leitura do passado histórico do estado, e reler a história de Minas não como apenas integrante da história geral do Brasil, mas como peça primordial para se compreender essa História.

Diogo de Vasconcellos, com seu intuito de escrever toda a história de Minas Gerais também colocava em destaque a importância que a Inconfidência Mineira tinha para a memória histórica do estado, e caberia um estudo aprofundado para essa questão, por isso não contemplou esse tema em seus livros clássicos, e não teve tempo para se dedicar a uma obra só para isso, como era de sua vontade.

O acolhimento, que teve a História Antiga das Minas Gerais, animou-me a perseverar na esperança de dar a sua continuação até os fins do período colonial. Tendo aquele volume compreendido a narração dos descobrimentos até a instalação da Capitania de Minas, separada de São Paulo, chegará este até 1785, e não passará, porque daí em diante vem raiando o episódio da Inconfidência, e esta, como fato culminante, exige um maior tratamento⁵¹.

Por iniciativa de João Pinheiro, presidente do Estado naquela época, é fundado em 16 de junho de 1907 o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Nomes de destaque nos meios políticos e intelectuais da época faziam parte do primeiro grupo integrante do IHGMG, tais como Augusto de Lima, Carlos Otoni, Nelson de Sena, Aurélio Pires, o próprio João Pinheiro, entre outros, inclusive Diogo de Vasconcellos.

Augusto de Lima, representante do *Club Floriano Peixoto*, da capital, proferindo um dos discursos de fundação externalizava a sua opinião de que há tempo Minas necessitava criar uma corporação que fosse capaz de acumular registros e memórias do passado. Ainda em Ouro Preto como a capital do Estado, nos finais do dezanove, já havia se pensado em instituições com essas características. Uma sociedade de geografia foi criada com essa intenção, assim como o próprio Arquivo Público Mineiro⁵². Para Pedro Lessa, discursando no mesmo dia, o IHGMG surgia com o intuito de romper com uma forma tradicional de se escrever a história, talvez ainda ligada ao *topos história magistra vitae* e orientada pelo imaginário. A escrita da história passa a ser muito mais sistematizada, comprometida com a verdade servindo para a orientação do estado de Minas, sobretudo, ao progresso.

Os gregos e os romanos disseram da historia ser ella a mestra da vida; e os Polybios, os

Plutarchos e os Ciceros a entendiam como genero litterario em que as biographias e as narrativas tratadas na amplificação imaginosa que os antigos historiadores se permittiam, visavam a educação politica e moral, inspirada nos fortes exemplos de virtudes, do heroismo e patriotismo.

Essa conceituação ingenua da historia foi severamente desmentida pelo critério da exactidão e da fidelidade na averiguação dos factos humanos contraposto à criação romantica dos seus primeiros cultores⁵³.

Diogo de Vasconcellos foi eleito, com 36 votos, orador da instituição, cargo que exerceu perpetuamente de 1907, quando o IHGMG foi fundado, até 1927, ano de sua morte. Muito diferente de sua atuação no APM, na qual a sua participação se deu no campo informal, no Instituto Histórico o seu lugar é mais significativo. Não tenho elementos para afirmar quais foram os motivos pelos quais o permitiram obter tal elevado posto. Lanço, portanto, duas hipóteses que podem solucionar esse problema, mas ainda necessitam de uma melhor investigação.

A primeira pode ser atribuída ao fato de que o regime republicano já consolidado desde o governo de Campos Salles (1898-1902) não tinha mais receios de ameaças restauradoras. Dessa forma, as tendências monarquistas de Diogo já não se mostravam um problema para o governo mineiro, lembrando que os correspondentes oficiais, em 1895, do APM eram republicanos. A segunda é a questão de sua *História Antiga das Minas Gerais* ter sido editada em 1904. Apontada como uma obra de referência para a história mineira, seu autor não poderia ser excluído de tal empresa.

O Instituto mineiro se lançava confiante no futuro, a cumprir o seu papel guiado pelas experiências e pelas luzes do velho IHGB. Diogo exaltava sua criação como sendo a consagração do valor histórico do povo mineiro, que formado há dois séculos compunham a maior casa de toda América⁵⁴. Vasconcellos ainda diz:

Assim, possa, portanto, o povo mineiro compreender os votos deste dia auspicioso, e assim veja elle, neste Instituto, o centro intellectual, que se destina pelas licções de sua história a fortificar-o na consciência de seus direitos para manter na integra o territorio sagrado, herença de nossos Paes, resgatar da selvageria as florestas, os campos e os rios, que ainda esperam o facho luminoso, e revestir de messes doiradas as montanhas e valles em que nasceram os primogênitos de sua raça, sem falarmos da noticia prophetica de tantos destinos guardada nestes archivos⁵⁵.

Em seu discurso de posse como orador do Instituto, salienta o papel importantíssimo do *Club*

51 VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*, p.9.

52 *Revista do APM*. Ano XIV. Belo Horizonte, 1909, p.6.

53 *Revista do APM*. Ano XIV. Belo Horizonte, 1909, p.8.

54 *Revista do APM*. Ano XIV. Belo Horizonte, 1909, p.213.

55 *Revista do APM*. Ano XIV. Belo Horizonte, 1909, p.219.

Floriano Peixoto e de seus membros, para a construção desse projeto. Destaca também o nome do presidente do estado e elaborador da pedra fundamental do IHGMG, João Pinheiro da Silva. Tece elogios à própria forma de governar de Pinheiro. A sua inserção em uma instituição de cunho republicano indicaria uma conversão aos princípios do regime? Isso não é claro na produção do historiador, nem mesmo em seus discursos históricos.

Basílio de Magalhães, como citado em outro momento, diz que o advento de 15 de novembro não condenou Diogo ao ostracismo, muito impulsionado pelo seu talento e prestígio, embora voluntariamente se condenasse a ele. Foi, sobretudo, defensor da antiga ordem suplantada pela República⁵⁶. Sua atuação se deu no exercício da advocacia e do jornalismo. Ramiz Galvão, entretanto, em um pequeno necrológio publicado na Revista do IHGB de 1928, diz que ainda fora resgatado da inatividade política sendo eleito senador em Minas Gerais. E foi como presidente do Senado Mineiro⁵⁷ que morreu em 17 de junho de 1927, em Belo Horizonte⁵⁸.

Francisco Iglésias, por sua vez, ainda alerta que embora Vasconcellos atuasse na política republicana sempre se manifestava em posição conservadora⁵⁹. Isso não quer dizer que o político ainda fosse monarquista, isso é pouco provável, mas de certa forma ainda se mostrava coerente à sua formação cultural e política imperial. Pode-se dizer que era um republicano convertido por impossibilidade do retorno da Monarquia, e reconhecia os possíveis avanços que a nova ordem, já bem consolidada, trazia ao país, e sobretudo, para Minas Gerais.

Ao mesmo tempo em que é elogiado e revisitado por escrever a considerada por muitos como a primeira obra profissional da historiografia mineira, embora ele mesmo a considerava um produto de trabalho dileitante, também recebe inúmeras críticas, que apontam equívocos ou insuficiências. Não se pode afirmar com veemência que Diogo de Vasconcellos realmente foi o primeiro historiador das Minas, há referências de outras obras antes da sua, até mesmo ele utilizava-se de escritos da Revista do Arquivo Público Mineiro, existente desde 1896. Mesmo assim recebera a alcunha de *Heródoto Mineiro*, por Francisco Campos.

Com brilho igual, percorreu diversos departamentos da actividade intellectual: foi político, administrador, jornalista, parlamentar e, sobretudo, historiador, ao qual se ajusta, integralmente, e expressiva antonomásia de "Heródoto mineiro", que, á beira de seu tumulo, no dia de seu sepultamento, lhe applicou o sr. Francisco Campos, actual secretário do Interior do Estado⁶⁰.

A historiografia pouco recupera a trajetória desse multifacetado personagem da história mineira. Político, advogado, jornalista, historiador. Em todas as áreas em que atuou sempre deixou sua marca. Estudá-lo inevitavelmente se cai em um mar de possibilidades e de entrecruzamento de informações que não permitem isolar um aspecto único de sua vida. Sendo assim a interface entre história política e história da historiografia permite um melhor mapeamento de sua formação e atuação no campo intelectual da passagem do regime monárquico para o republicano em suas peculiaridades.

No campo institucional, no que tange a produção historiográfica, Diogo de Vasconcellos foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto, e de Minas Gerais. Foi membro da Academia Mineira de Letras, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Ceará. Sempre se preocupou com o lugar de Minas Gerais frente à Nação com relação a sua importância política e histórica. Político em sua essência transitou entre a tradição monárquica e o progresso republicano sem, entretanto, perder o seu caráter conservador, sua característica indelével.

56 MAGALHÃES, Basílio de. Introdução à 2ª Edição, p.35.

57 O Congresso Mineiro nessa ocasião era bi-cameral, ou seja, era formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Mineiro.

58 GALVÃO, Ramiz. Necrológio de Diogo de Vasconcellos. *Revista do IHGB*. Tomo 101 - Vol. 155, p.442-444 Rio de Janeiro, 1928, p.443.

59 IGLÉSIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos, p.26-27.

60 Revista do APM. Ano XXII. Belo Horizonte, 1928, p.7.

* Esse artigo faz parte do projeto financiado pelo CNPq "A institucionalização da memória histórica de Minas Gerais: intelectuais e projetos políticos na Primeira República", orientado pela Profª Drª Helena Miranda Mollo (DEHIS-UFOP).